

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 176

Data: 07/08/86

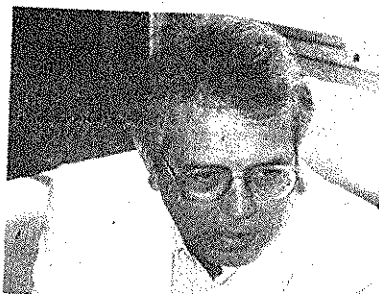
Pg.: 9

# Mirad exige solução urgente para o problema de Mãe Maria

O executor do Getat e diretor regional do Incra, advogado Ronaldo Barata, disse ontem que recebeu um "angustiante telex" do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, para que seja encontrada, urgentemente, uma solução para o caso dos posseiros assentados indevidamente pelo próprio Getat no interior da Reserva Mãe Maria, dos índios Gavião, no município de Marabá. Os índios, unidos aos colonos, estão ameaçando bloquear a ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, corredor de exportação dos minérios da Serra dos Carajás.

Do ponto de vista pessoal, Ronaldo Barata declarou que não vê solução para o problema nos próximos sete dias, acentuando que há necessidade de nova reunião entre as partes interessadas para a rediscussão do problema.

Foram selecionadas três áreas onde são localizados três grandes castanhais: Ubá, Araras e Mãe Maria. Ronaldo enfatiza que, àquela altura, não houve análise aprofundada dessas três alternativas, uma vez que são propriedades tituladas e não se discutiu os valores da indenização. Para ele, a tarefa está se tornando cada vez mais difícil, pois é corrente no Supre-



Barata: "telex angustiante"

mo Tribunal Federal que as castanheiras existentes nestes três latifúndios são objetos de valor desapropriatório — o que vem trazer valores muito elevados para que as desapropriações possam ocorrer.

Em Brasília, diretores da Companhia Vale do Rio Doce continuam pressionando as autoridades fundiárias e a Funai para que resolvam o problema de Mãe Maria. Em Marabá, os colonos se aliam aos Gavião para pressionar as autoridades, já que o prazo de 90 dias dado pelo cacique Cotia já se esgotou, e não houve solução do impasse criado na reserva. De um lado, os índios querem suas terras de volta; de outro, os colonos argu-

mentam que quem os colocou dentro da Reserva foi o Getat. No Getat, os técnicos não conseguem desarmar aquilo que já está sendo chamado de "a trambicagem maior", pois quando os colonos receberam terras no interior da reserva, os índios já haviam avisado do assentamento ilegal, meses antes dele ser feito indevidamente pela administração da época.

Para complicar ainda mais a situação, lembra Ronaldo Barata, a desapropriação do castanhal Ubá será muito mais demorada, porque está cadastrado como se fosse uma empresa rural. E, pelo Estatuto da Terra e o Plano Nacional da Reforma Agrária aprovado por Sarney, fica inviabilizada a desapropriação por interesse social de empresas rurais. Se as autoridades insistirem, o Ubá terá que ser pago em dinheiro vivo. E a soma, segundo os técnicos, é uma verdadeira fortuna.

Os técnicos estão enfrentando, agora, o desafio de desqualificar a propriedade Ubá, de empresa rural para latifúndio de exploração, para ser pago parte em dinheiro e parte em Títulos da Dívida Agrária, como deverá ocorrer com o Araras e o Mãe Maria.